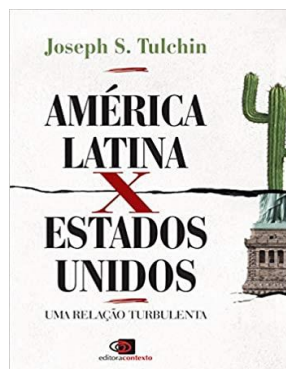




RESENHA



LIVRO: América Latina x Estados Unidos: uma relação turbulenta

AUTOR: Joseph S. Tulchin

EDITORA: Contexto, 2016

Micael Alvino da Silva¹

Escrever um livro sobre as relações internacionais americanas, especialmente entre os Estados Unidos e a América Latina é uma empreitada que requer muita leitura especializada. Os estudos sobre o Hemisfério Ocidental, particularmente vindos da academia norte-americana, são abundantes pelo menos desde a década de 1930, com grande incremento nas últimas décadas (BERGER, 1995; DELPAR, 2008). A tarefa se torna ainda mais complexa se o autor optar por incluir a perspectiva latino-americana. Esta foi a proposta de Joseph S. Tulchin no livro “América Latina x Estados Unidos: uma relação turbulenta”.

Tanto o conhecimento das abordagens especializadas quanto o esforço de compreender e sintetizar a perspectiva americana e latino-americana foram satisfatoriamente contemplados pelo autor. Joseph S. Tulchin é um latino-americanista sênior, com 80 anos, com passagens por Harvard, onde obteve doutorado, e diversas universidades e centros de pesquisa como professor e pesquisador. Sua acurada análise da História das Relações Interamericanas chega em um bom momento para o público brasileiro por dois motivos.

Primeiro, a discussão que o livro propõe não encontra paralelo em língua portuguesa. Abordagem da História da América Independente quase sempre está focada no

¹ Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), Professor Adjunto da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Pesquisador e coordenador do Grupo de Pesquisa Tríplice Fronteira e Relações Internacionais (CNPq). E-mail: micael.silva@unila.edu.br



posicionamento do Brasil em relação à América Latina e frequentemente negligencia os estudos sobre os Estados Unidos (PRADO, 2012). Explicitamente, o autor se propõe a apresentar um panorama da política externa latino-americana e explicar como, passados duzentos anos de independência, os desentendimentos tem produzido um legado doloroso na memória latino-americana e comprometido a criação de uma comunidade hemisférica.

Para o autor, a memória histórica da América Latina é muito marcante e compromete as relações e o estabelecimento de confiança com os Estados Unidos. Dentre os fatos exemplos utilizados, Tulchin menciona que na Nicarágua, as pessoas não esquecem que os Estados Unidos colocaram os Somoza no poder; na América Latina, o tratamento a Cuba e o golpe engendrado pela CIA na Guatemala, em 1954, de igual forma são inesquecíveis; e, na América do Sul, alguns brasileiros e chilenos não perdoam os americanos pelo ensejo e apoio aos golpes militares que produziram profundas marcas antidemocráticas na sociedade.

O livro possui sete capítulos, além de apresentação e pós-fácio. Os cinco primeiros correspondem a uma abordagem histórica que inicia com o final do período colonial e chega até o término da Guerra Fria. No primeiro capítulo, “Do Império à Independência”, a abordagem comparativa leva o leitor a contextualizar como os Estados Unidos a América Latina compreendiam sua respectiva política externa na transição do período colonial para o período independente. Fundamentalmente, o autor argumenta que os Estados Unidos desde cedo prestava conta à sociedade dos rumos da política externa, algo que não existia para os líderes latino-americanos. Em termos de relações interamericanas, uma vaga ideia de comunidade aparecia no discurso americano enquanto que passou a ser um ideal para os latino-americanos desde Simon Bolívar.

No capítulo seguinte, “Consolidação dos Estados-Nações e o ímpeto imperialista”, o autor segue explorando as diferenças de abordagens na política externa dos Estados Unidos e da América Latina. Em termos temporais, sua abordagem passa pela política do Big Stick, Diplomacia do Dólar e Doutrina Monroe, ainda que dê pouca ênfase a estes conceitos clássicos, exceto à Doutrina Monroe. A seu ver, ambas as partes do hemisfério partilham do mesmo padrão de civilização cunhada na Europa. Mas, enquanto os Estados Unidos se colocavam como interessados na política mundial, a América Latina estava preocupada em manter sua independência e frequentemente fazendo uso da política externa para requisitar proteção.

No capítulo 3, o foco da análise recai sobre a “Ascensão da hegemonia dos Estados Unidos e Resistência da América Latina”. É importante a ressalva da resistência, pois, há o reconhecimento de que apesar do imperialismo americano, sempre houve um espaço de manobra que foi utilizado pela América Latina. Ainda de acordo com o autor, o Estado Unidos preocupava-se apenas com afastar os europeus do hemisfério, mas sem uma política externa específica para os vizinhos até a Primeira Guerra Mundial. A mudança de postura americana tem a ver com duas situações.

A primeira situação da mudança dos Estados Unidos foi a conclusão, após a administração Woodrow Wilson, de que as ditaduras estáveis eram preferíveis às democracias





frágeis, em relação à ordem política e econômica especialmente na América Central e Caribe. Outra situação adveio das lições da I Guerra Mundial. Os políticos americanos compreenderam que não bastava ter poder econômico e militar, era necessário ter acesso a combustíveis, comunicação e finanças para garantir a vitória em um conflito de proporções globais. Nestas áreas estratégicas, o governo e a iniciativa privada americana trataram de fazer negociações para, na medida do possível, afastar os investimentos extracontinentais, especificamente os europeus.

O quarto capítulo é dedicado à “Guerra Fria no Hemisfério”. O período pós II Guerra Mundial também consolidou a presença americana, bem como sua contestação pela América Latina ressentida por não ter um “Plano Marshall” para si. No contexto mais acirrado, Cuba tornou-se exemplo de resistência e unanimidade para uma América Latina que vivia sob a lógica da subversão. A importância das ditaduras confiáveis se expandiu e levou a um novo capítulo de relações internacionais que levaria o antiamericanismo a um patamar um pouco mais elevado.

“Depois da Guerra Fria: o otimismo prevalece” é o capítulo que analisa um período recente da história das relações internacionais americanas. O autor argumenta que um otimismo tomou conta de políticos, acadêmicos e formuladores da política externa americana, o que contagiou boa parte do mundo. Na América Latina, o novo momento implicou em cartilhas neoliberais que foram, com maior ou menor grau de sucesso, seguido pelos governos no contexto da globalização que facilitava o livre comércio e a circulação de pessoas.

O segundo motivo pelo qual “América Latina x Estados Unidos” chega em bom momento para o público brasileiro é o contexto histórico da América Latina no presente. O ambiente é propício para uma análise que privilegia a compreensão do processo político e as implicações continentais. Mais recentemente, se pode mencionar como exemplo o fato de que a Argentina, o Brasil e os Estados Unidos se opõem ao governo de Nicolás Maduro na Venezuela, a ponto de não mais reconhecê-lo.

Os dois últimos capítulos e o posfácio são os mais profundos do livro. Essencialmente, ambos os capítulos tratam do fim da hegemonia dos Estados Unidos e do protagonismo da América Latina. Para o autor, o novo século trouxe, pela primeira vez, autonomia para a América Latina em relação aos destinos de sua política externa. De forma lúcida, o Tulchin trata o *boom* das *commodities* e, no caso da Venezuela, do preço do petróleo, e como isso influenciou na política externa da Argentina, do Brasil, do Chile, da Venezuela e do México.

Aquele bom momento econômico coincidiu também com a volta da democracia e inseriu a exigência das pessoas em relação à satisfação que seus líderes lhes devia. Pela primeira vez na história, os líderes latino-americanos precisam dar satisfação a uma população que cada vez mais está ciente de sua condição de vida e das possibilidades de melhoria material e de maior liberdade política.

Por fim, o que parece ser um problema desta e de todas as análises que usam a categoria América Latina para a análise das relações interamericanas é o descompasso da região com o Brasil. O autor se esforçou, com relativo sucesso, em destacar as diferenças do





Brasil em alguns casos, mas o conceito de América Latina é uma generalização muito grande que serve tanto para Cuba quanto para a Argentina. Para algumas análises culturais pode ser que o conceito seja muito útil, mas para as relações internacionais, nem sempre contempla as diferenças do maior país da América do Sul e que possui muitas distinções com os demais incluídos no escopo latino-americano. Neste sentido, análises amplas e que incluem o Brasil na América Latina tendem a ignorar a atuação do país em sua área prioritária, a América do Sul (BANDEIRA, 2010, p. 137), na qual possui capacidade para influenciar diretamente a política externa dos vizinhos, com os quais compartilha o Mercosul.

Para fazer justiça ao argumento de que o conceito de América Latina talvez não seja muito apropriado à Relações Internacionais, vale mencionar o reconhecimento de Tulchin, na página 204. Após analisar o processo histórico e as possibilidades de instituições regionais latino-americanas, o autor conclui que a única coisa que une a América Latina é a defesa da não-intervenção dos Estados Unidos em seus assuntos internos. Desta união deriva também uma postura anti-americanista, cujo lugar de expressão por excelência é o Sistema Interamericano. Nas Conferências Pan-Americanas, até 1954 (que desde então cederam lugar à Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos), quando o tema da não-intervenção aparecia, o Brasil não apoiava a América Latina. Isso só foi acontecer na Conferência de Buenos Aires de 1936 após os Estados Unidos decidirem apoiar a demanda e formalizar um entendimento (SILVA, 2016).

Outro dado de que o Brasil não demonstrava muito apego a esta causa latino-americana reside no fato de que o Chanceler Barão do Rio Branco não se preocupava com o imperialismo de Theodore Roosevelt (CERVO e BUENO, 2012). Em relação aos Estados Unidos, a postura brasileira sempre foi no sentido contrário da postura da Argentina. Esta sim sempre demonstrou defender os interesses de todos os latino-americanos por meio da pauta da não-intervenção e do antiamericanismo. Um dado que Tulchin trouxe no último capítulo é inaplicável ao Brasil: A Argentina votou contra os Estados Unidos em 95% das oportunidades que teve na ONU de 1950 a 1990.

Por fim, o livro de Joseph S. Tulchin é uma leitura obrigatória para historiadores e cientistas políticos que trabalham com relações internacionais contemporâneas, em geral, e interamericanas, em particular. É uma análise inédita e não há nada parecido no debate brasileiro. É uma leitura acessível também ao público geral e permite compreender melhor o mundo contemporâneo e as relações entre Estados Unidos e América Latina.

Referências

BANDEIRA, M. **Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América Sul.** Brasília: FUNAG, 2010.

BERGER, M. **Under Northern Eyes: Latin American Studies and U S Hegemony in the Americas 1898-1990.** Bloomington and Indianapolis: Indiana University Press, 1995.



Volume 10, Número 3
Julho - Dezembro
2020



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:





REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



página 382

CERVO, A.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2012.

DELPAR, H. **Looking South: The Evolution of Latin Americanist Scholarship in the United States, 1850–1975**. Tuscaloosa: University of Alabama Press, 2008.

PRADO, L. F. **Itinerários acadêmicos da História da América no Brasil**. Goiânia: Kelps, 2012.

SILVA, M. **Da América do Sul à América Latina: o Brasil e os Estados Unidos nas relações interamericanas (1933-1954)**. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 179p. 2016.

Recebido em 08/06/2020

Aprovado em 22/06/2020



Volume 10, Número 3
Julho - Dezembro
2020



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:



Revista Orbis Latina - Disponível no website <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>